



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	10983.901224/2008-33
<b>Recurso nº</b>	1 Especial do Procurador
<b>Acórdão nº</b>	<b>9303-008.772 – 3ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	13 de junho de 2019
<b>Matéria</b>	PIS/COFINS
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Data do fato gerador: 31/01/2000

RECURSO ESPECIAL. CONVERGÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

Não se conhece do recurso especial de divergência quando o acórdão paradigmático e o recorrido convergem em não permitir que seja deferida a restituição de tributo retido e exigir que a retenção sofrida seja confrontada com o montante bruto devido ao final do período de apuração, para dedução.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Especial.

*(assinado digitalmente)*

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em exercício e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Andrada Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello e Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em exercício).

## **Relatório**

Trata-se de pedido de compensação, em PER/DCOMP eletrônico que restou denegado em Despacho Decisório Eletrônico, da DRF em Florianópolis - SC, em razão da não confirmação da existência do crédito informado.

Cientificada do Despacho Decisório, a contribuinte apresentou manifestação de inconformidade, na qual informa que sofreu retenção, por parte de órgão público, de tributos (IRPJ, CSLL, COFINS e PIS) na fonte, mas não deduziu esses créditos ao final do período de apuração. Pretendendo efetuar compensação dos valores pagos a maior, realizou diligência pela qual verificou a existência de valores passíveis de utilização, forte no art. 74 da Lei nº 9.430/1996. Assim, requer o reconhecimento do direito creditório bem como a reforma do despacho decisório.

A manifestação de inconformidade foi julgada improcedente pela DRJ, que afirmou que a contribuinte não poderia "*ter se valido da DCOMP para se aproveitar dos valores retidos, sem antes recompor formalmente os registros e declarações nos quais apurou e declarou os valores devidos e a pagar relativos às contribuições objeto das retenções e aos períodos-base a que pertencem*".

Irresignada, a contribuinte, interpôs recurso voluntário, no qual afirma, em resumo que:

- (a) nunca utilizou os valores retidos para compensação;
- (b) a retenção sofrida equivale à pagamento; e
- (c) não é razoável deixar de homologar compensação sob o fundamento de inadequação do procedimento.

Em apreciação do recurso voluntário, a 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da Terceira Seção de Julgamento, decidiu converter o julgamento em diligência, para que a DRF de origem, em face das informações prestadas pela contribuinte em sua manifestação de inconformidade e recurso voluntário, se manifestasse novamente sobre o pedido da interessada, após verificar se houve retenção e não foi aproveitado o valor para dedução do devido ao fim do período de apuração.

Após a realização da diligência, os autos seguiram para julgamento do recurso voluntário na mesma Turma da Terceira Seção de Julgamento, resultando no acórdão nº 3401-002.038, que tem a seguinte ementa:

*PAGAMENTO A MAIOR OU INDEVIDO. RETENÇÃO NA FONTE FEITA POR ÓRGÃO PÚBLICO. DEDUÇÃO LEGAL DO VALOR DEVIDO NÃO EXERCIDA. CARACTERIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO PAGAMENTO E NÃO DA RETENÇÃO.*

*Caracteriza-se como "pagamento indevido ou a maior" a parcela correspondente ao valor da retenção na fonte feita por órgão publico sobre o valor das receitas auferidas, retenção essa que, por lapso da empresa que sofreu a retenção, deixou de ser utilizada na época correspondente para reduzir o valor da contribuição devida. De outra parte, a atualização monetária do valor reconhecido como pago a maior deve levar em conta a data do "recolhimento/pagamento" da contribuição, e não a data em que houve a retenção.*

Nessa decisão, o colegiado reconheceu a ocorrência da retenção e seu não aproveitamento, porém, caracterizou o indébito apenas ao final do período de apuração (e não no momento da retenção).

### **Recurso especial de Fazenda**

Intimada para ciência do acórdão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs recurso especial de divergência, para rediscutir a questão do indébito do tributo referente à retenção sofrida.

Tomando por base o acórdão paradigma nº 1805-00.013, o Procurador afirma que somente com a dedução do valor da retenção sofrida, ao final do período de apuração, após a apuração da base de cálculo do tributo e do valor bruto devido é que se pode verificar a ocorrência de indébito, referente a saldo negativo do tributo.

O então Presidente da 4ª Câmara, com base no art. 67 do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 256 de 22/06/2009, deu seguimento ao Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

### **Contrarrazões da contribuinte**

Cientificada dos acórdãos exarados pela 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da Terceira Seção de Julgamento, do recurso especial de divergência da Procuradoria da Fazenda Nacional e do seu despacho de admissibilidade, a contribuinte apresentou contrarrazões ao recurso especial, na qual questiona a interpretação da legislação apresentada pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pede que seja negado provimento ao recurso especial.

É o relatório.

### **Voto**

Conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, Relator

O julgamento deste processo segue a sistemática dos recursos repetitivos, regulamentada pelo art. 47, §§ 1º e 2º, do RICARF, aprovado pela Portaria MF 343, de 09 de junho de 2015. Portanto, ao presente litígio aplica-se o decidido no Acórdão 9303-008.768, de 13 de junho de 2019, proferido no julgamento do processo 10983.901111/2008-38, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

Transcreve-se como solução deste litígio, nos termos regimentais, os entendimentos que prevaleceram naquela decisão (Acórdão 9303-008.768):

*"Conhecimento*

*O recurso especial de divergência é tempestivo, contudo dele não conheço.*

*Ocorre que tanto a decisão recorrida quanto o paradigma convergem em não permitir que seja deferida a restituição de tributo retido e exigir que a retenção sofrida seja confrontada*

*com o montante bruto devido ao final do período de apuração, para dedução. Somente no caso de a retenção ser superior ao valor devido é que surgiria um saldo negativo passível de caracterizar indébito, para fins de repetição. O recálculo havido na diligência que levou à decisão recorrida corrobora isso.*

*Sendo assim, não há divergência comprovada no recurso especial da Procuradora e por essa razão ele não deve ser conhecido.*

#### *Conclusão*

*Por todo o exposto, não conheço do recurso especial de divergência da Procuradoria da Fazenda Nacional."*

Importa registrar que nos autos ora em apreço, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada no paradigma, de tal sorte que o entendimento lá esposado pode ser perfeitamente aqui aplicado.

Aplicando-se a decisão do paradigma ao presente processo, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do Anexo II do RICARF, o colegiado decidiu por não conhecer do recurso especial de divergência da Procuradoria da Fazenda Nacional.

(assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas